Limite da autoridade

Independentemente da apreciação do mérito, ultrapassado pelos desdobramentos que convertem o incidente num ato de disciplina, a greve das escolas é um desafio claro e inequívoco à autoridade. A autoridade - referimo-nos à decisão judicial - não pode ser desafiada sem perda irreparável para a ordem jurídica sobre a qual se assentam as relações sociais. Aos que cabem executar a ordem judicial, e a lei, não cabe transigir em situação como a que se configurou em Brasília. Transigir diante de um ato de nítida indisciplina desajuda e não ajuda a democracia.

Parece que nos desacostumamos todos da democracia. Uns por entendê-la o regime da leniência e da permissividade; outros por converterem a negociação numa ideologia, como se fosse possível existir a ideologia da democracia. No estado de direito, alicerce insubstituível da democracia, a negociação é um passo anterior à decisão judicial e anterior também à promulgação da lei. Prolatada a decisão ou publicada a lei, cessa a negociação, pois uma e outra têm de ser cumpridas até que, se for o caso, sejam revogadas.

O que ocorre presentemente em Brasília, no episódio do fechamento das escolas, é a insubmissão à decisão judicial si-

multâneamente com a tentativa do governo de negociar o que não é agora negociável. As escolas têm de reabrir e, aí sim, uma renegociação poderá eventualmente conduzir aos objetivos pretendidos.

A democracia não é a ausência da ordem e da lei. Não é a liberdade de cumprir ou não cumprir a lei segundo as conveniências de cada um ou de cada caso. É justamente o contrário. Na democracia impera a lei, não o arbítrio, este o sintoma mais típico dos regimes autoritários. Se a cada um for dado o direito de escolher a lei ou a decisão judicial que lhe for conveniente cumprir e se, também, as autoridades às quais cabe fazê-las cumprir entenderem que podem, ao seu arbítrio, permitir que elas não se cumpram, a democracia estará sendo substituída pelo arbítrio.

Não há autoridade fora da lei. A autoridade decorre da lei. Logo, não lhe cabe negociar quando há uma insubordinação à lei, porque estará agindo contra o princípio no qual se sustenta a sua autoridade. Isto é simples e claro como a luz do sol. No Brasil, porém, as coisas simples se tornam complexas porque não possuímos a cultura da legalidade. É preciso reconstruí-la, ou a democracia terá vida curta.